

LEVANTAMENTO DE DADOS: ÁREA REGIONAL RIBEIRÃO PRETO

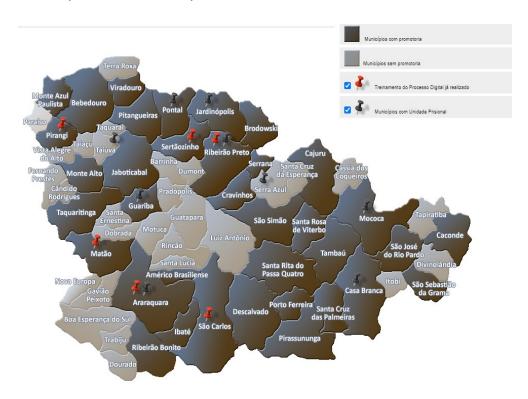
1. Introdução

A apresentação de dados referentes à área regional de Ribeirão Preto tem como objetivo ilustrar a realidade local, a fim de embasar os trabalhos iniciais do Plano Geral de Atuação (PGA) na perspectiva de um Projeto Estratégico MP Social do ano de 2022. Este documento traz informações socioeconômicas da região com análises prévias em diálogo com a experiência de mais de 10 anos de trabalho do NAT na regional e procura mostrar algumas das suas complexidades e possibilidades. Sendo um estudo datado e limitado, está aberto às contribuições da instituição e da sociedade.

2. Apresentação dos Dados

2.1 Caracterização Territorial Institucional

A área regional de Ribeirão Preto, regulamentada anteriormente pela Resolução nº 831/2014-PGJ, era constituída por 36 Promotorias de Justiça, com sede em Ribeirão Preto, totalizando 65 municípios, conforme mapa abaixo:



É preciso, entretanto, observar que, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), oficialmente, em fevereiro de 2020, foi criada a área regional de Araraquara, através da Resolução 1191/2020 — PGJ, de 28 de fevereiro de 2020, composta por 15 promotorias de justiça, das quais, 11 delas (23 municípios) foram desmembradas da área regional de Ribeirão Preto.¹ No entanto, a regional de Araraquara, apesar de criada, ainda não foi implantada de fato. Assim, estas promotorias de justiça continuam sendo atendidas e compondo a organização administrativa de Ribeirão Preto, inclusive no que tange ao atendimento prestado pelo NAT, de âmbito regionalizado.

Este estudo, portanto, considerando que a regional de Araraquara ainda não funciona efetivamente, do ponto de vista administrativo e de apoio técnico, fará uma abordagem da região considerando-a de forma ampliada, em sua estrutura anterior à Resolução 1191/2020, que compreende as 36 promotorias de justiça, anteriormente pertencentes à área regional de Ribeirão Preto, que totalizam 65 municípios.

Neste sentido, no que tange às promotorias de justiça ainda vinculadas à área regional de Ribeirão Preto, quanto à entrância e ao número de cargos de promotores de justiça, foi possível observar o seguinte:

Entrância	Nº Comarcas / Promotorias de Justiça	Nº Promotores de Justiça / Cargos
Inicial	24	35
Intermediária	6	21
Final	6	57
Total	36	113 (8 vagos)

A maioria das promotorias de justiça (24) é de entrância inicial. Apenas seis são intermediárias: Bebedouro, Casa Branca, Matão, Mococa, São José do Rio Pardo e Taquaritinga. Outras seis são de entrância final: Araraquara, Jaboticabal, Pirassununga, São Carlos, Sertãozinho e Ribeirão Preto, esta última sede da área regional.

A maioria dos municípios estão a uma distância de até 100 km de Ribeirão Preto. A cidade mais distante da sede regional é Caconde, situada a 173km, sendo que o transporte de carro, por rodovia, leva um tempo estimado de 2h30 de viagem.

A partir da perspectiva de atuação do NAT Ribeirão Preto, atualmente composto por duas assistentes sociais e uma psicóloga, constatou-se que as solicitações para o assessoramento técnico estão pulverizadas por toda a regional. Das 36 promotorias de justiça, apenas duas nunca foram atendidas por esta equipe do NAT: Monte Azul Paulista e Pirassununga. Considerando, no entanto, que as solicitações nem sempre abarcam todos os municípios de uma Comarca, não houve atendimento pela equipe a solicitações referentes

¹ Para maiores detalhamentos quanto às promotorias de justiça, os municípios que as compõem e a área regional a qual pertencem verificar anexo A.



as seguintes localidades: Gavião Peixoto, Nova Europa, Itobi, Dobrada, Monte Azul Paulista, Paraíso, Vista Alegre do Alto e Pirassununga. Neste sentido, é possível considerar o atendimento pelo NAT Ribeirão Preto nestes 10 anos de sua existência a 34 promotorias de justiça (95%) das 36 que compõem a região, cujas solicitações são referentes a 57 (88%) dos 65 municípios existentes.

A experiência deste Núcleo aponta para a rotatividade e dificuldade de fixação de promotores de justiça em parte das comarcas, especialmente naquelas que são de entrância inicial e de pequeno porte. Por meio de consulta realizada no portal do Ministério Público foi possível constatar que atualmente, dos 113 cargos para promotores de justiça existentes na área regional, há oito cargos vagos.

2.2 Caracterização Sociodemográfica

Quanto à população, a partir dos dados do último censo (IBGE, 2010), a área regional de Ribeirão Preto possui um total de 2.541.165 habitantes. O maior município é Ribeirão Preto, com 604.682 habitantes, mas há outras cidades de grande porte: Araraquara (208,6 mil), São Carlos (221,9 mil) e Sertãozinho (110 mil).

No que tange ao porte dos municípios, o Plano Nacional de Assistência Social (2005, p. 44-45) faz os seguintes destaques sobre a natureza dessas classificações e suas implicações:

Municípios de pequeno porte 1 – entende-se por município de pequeno porte 1 aquele cuja população chega a 20.000 habitantes (até 5.000 famílias em média). Possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e federal.

Municípios de pequeno porte 2 – entende-se por município de pequeno porte 2 aquele cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média). Diferenciam-se dos de pequeno porte 1 especialmente no que se refere à concentração da população rural que corresponde a 30% da população total. Quanto às suas características relacionais mantém-se as mesmas dos municípios de pequeno porte 1.

Municípios de médio porte – entende-se por municípios de médio porte aqueles cuja população está entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias). Mesmo ainda precisando contar com a referência de municípios de grande porte para questões de maior complexidade, já possuem mais autonomia na estruturação de sua economia, sediam algumas indústrias de transformação, além de contarem com maior oferta de comércio e serviços. A oferta de empregos

formais, portanto, aumenta tanto no setor secundário como no de serviços. Esses municípios necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno.

Considerando, portanto, essas referências, quanto ao porte dos municípios que compõem a região abrangida neste estudo, observa-se o seguinte:

Quantidade de municípios conforme porte		
Pequeno Porte 1	35	54%
Pequeno Porte 2	18	28%
Médio	8	12%
Grande	4	6%
Total	65	100%

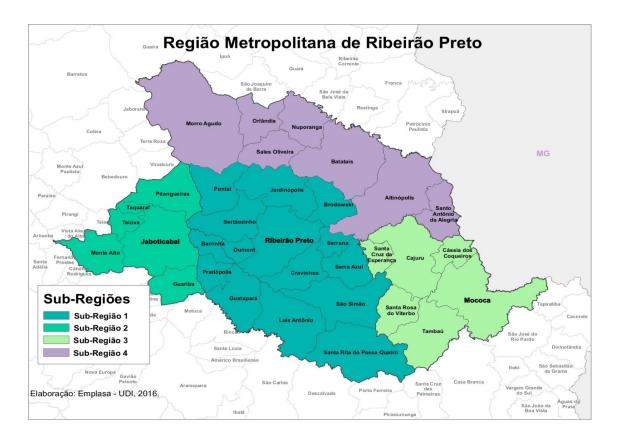
Conforme ilustrado na tabela acima, é possível observar que a grande maioria dos municípios é de pequeno porte I e II, totalizando 82% de toda a área regional. Os municípios de médio porte são: Bebedouro, Jaboticabal, Matão, Mococa, Pirassununga, Porto Ferreira, São José do Rio Pardo e Taquaritinga. Aqueles considerados de grande porte, conforme já mencionado, são Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara e Sertãozinho.

Na área regional do MPSP é possível identificar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)², criada pela Lei Complementar Estadual nº 1290, de 06 de julho de 2016, composta por 34 municípios, divididos entre as seguintes sub-regiões:

- <u>Sub-região 1</u>: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Luiz Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serrana, Serra Azul e Sertãozinho.
- Sub-região 2: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.
- <u>Sub-região 3</u>: Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo e Tambaú.
- <u>Sub-região 4</u>: Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira e Santo Antônio da Alegria.

-

²https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o Metropolitana de Ribeir%C3%A3o Preto



Cabe destacar que os municípios que compõem a sub-região 4, na divisão administrativa do MPSP, pertencem à área regional de Franca. Considerando ainda as regionais que compõem o MP Estadual há, ainda, outros 38 municípios da área regional de Ribeirão Preto que não pertencem à RMRP.

Os municípios da RMRP somam 1,68 milhão de habitantes, de acordo com a estimativa da Fundação Seade para 2021. O PIB da região somou, em 2018, R\$ 66.540.947,40, correspondentes a 3,01% do PIB estadual.

A RMRP é a primeira região metropolitana do Estado de São Paulo criada fora da macro metrópole paulista, território que compreende, além da capital, as regiões metropolitanas de Campinas, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de Sorocaba, da Baixada Santista, de Piracicaba e de Jundiaí.

Situada no nordeste do Estado, a RMRP é um polo prestador de serviços, com grande destaque para o setor de comércio e áreas de saúde e educação. São também relevantes as atividades industrial e agrícola, sendo o ramo sucroalcooleiro e a metalurgia as mais significativas, com importância regional e nacional.

Na área de pesquisa e desenvolvimento, o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, nascido da cooperação entre a Universidade de São Paulo (USP), a Prefeitura de Ribeirão Preto e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São

Paulo, atua como fomentador de inovações nas áreas de saúde, biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia.

Destaca-se, ainda, o potencial turístico e de preservação ambiental da região, que conta com importantes reservas naturais, como a Floresta Estadual de Batatais, o Parque Estadual Vassununga e as estações ecológicas de Ribeirão Preto, de Jataí e de Santa Maria.

Estas atividades somadas colocam a RMRP como 15º maior PIB do país, de acordo com dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A RMRP é servida por extensa rede viária, composta de rodovias, ampla rede de estradas vicinais, ferrovia e aeroporto. A rede viária regional é articulada pela via Anhanguera – que faz a ligação com Campinas e São Paulo e prossegue para o Triângulo Mineiro e Brasília – e inúmeras outras rodovias, possibilitando o acesso fácil a diferentes regiões do Estado e do país.

A região também conta com uma linha tronco da ferrovia que liga Brasília ao Porto de Santos e com o Aeroporto Leite Lopes, localizado no município de Ribeirão Preto, que deverá se transformar em um terminal internacional de cargas e passageiros integrado aos modais rodoviário e ferroviário.

A RMRP é um dos principais polos econômicos regionais do Brasil, que se beneficia de localização privilegiada, terra de boa qualidade, presença de universidades e centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada, boa infraestrutura de transportes e comunicação e mercado consumidor dinâmico.

A agricultura desenvolve-se em bases gerenciais e técnicas avançadas, tendo como principais produtos a cana-de-açúcar e a laranja. A base agrícola, no entanto, é bastante diversificada, com destaque para a cultura do amendoim, seguida da soja, da batata e do algodão.

O parque industrial regional é sólido e variado. As principais atividades industriais são decorrentes da proximidade da matéria-prima, como as usinas de açúcar e álcool; da proximidade do mercado consumidor, como a produção de bebidas, alimentos, papel, celulose, gráfica e metalomecânica; ou da existência de mão-de-obra especializada e de institutos de pesquisa, como a indústria de biotecnologia, farmacêutica e de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares.

Ribeirão Preto é referência nacional em serviços de saúde, atraindo pessoas de todo Brasil para sua rede de consultórios, laboratórios, hemocentro e hospitais, principalmente para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. Este setor encadeia-se diretamente com a rede de comércio e serviços de apoio (laboratórios, clínicas, comércio de equipamentos e material de saúde etc.) e com os segmentos industriais especializados que ali se implantaram.

т

No que tange a divisão administrativa do MPSP, na área regional de Ribeirão Preto há nove municípios com unidades prisionais: Araraquara, Casa Branca, Guariba, Jardinópolis, Mococa, Pontal, Ribeirão Preto, Serra Azul e Taiúva.



Cinco deles também possuem unidades da Fundação CASA para o cumprimento de medida socioeducativa de internação: Araraquara, Ribeirão Preto (04 unidades de internação e uma de semiliberdade), Sertãozinho, Taquaritinga e São Carlos.

Outra característica importante da área regional é a existência de 04 assentamentos em territórios rurais que se localizam nos seguintes municípios: Ribeirão Preto, Serra Azul, Pitangueiras e São Simão.

Uma vez que a região possui forte presença do agronegócio, é preciso ressaltar a relevância da questão agrária e seus potenciais conflitos, marcados pelas desigualdades que também se sobressaem e geram impactos diretos na qualidade de vida da população local e, consequentemente, na formulação e na insuficiência de políticas públicas nestes municípios para o atendimento desta população, em especial no que tange à saúde, à educação, à assistência social, à habitação e ao meio ambiente.

Os assentamentos em territórios rurais, portanto, representam uma forma de resistência a esses conflitos e desigualdades, ao mesmo tempo em que são demarcados por processos de exclusão, dificuldades de acesso a bens e serviços públicos e privados. Neste sentido, é razoável um olhar mais específico e direcionado a esta população, entendendo estes territórios como importantes espaços para a compreensão dos conflitos agrários e das desigualdades sociais deles inerentes, que geram periferias empobrecidas, uma vez que há o deslocamento da população rural para estes locais. Ademais, impactos ambientais, tais como desmatamentos, queimadas, aumento descontrolado da temperatura, escassez de chuvas e outras condições climáticas desfavoráveis trazem consequências socioambientais para todo o território e sua população.

2.3 Índices e indicadores sociais na Área Regional de Ribeirão Preto

A fim de averiguar as vulnerabilidades e as condições de vida nos municípios vinculados à área regional de Ribeirão Preto, serão apresentados, a seguir, os dados pesquisados, pormenorizados nas tabelas em anexo.

Ao se levantar os índices disponibilizados em fontes governamentais e de entidades da sociedade civil, públicas e abertas, percebe-se que sua grande maioria ainda tem como base o censo demográfico de 2010 do IBGE, cuja realidade retrata não apenas um Brasil de mais de uma década atrás, como também um país que ainda não havia iniciado sua grave crise econômica, com mudanças políticas profundas, nem enfrentado a maior pandemia das últimas décadas. Dentre os índices que fazem uso do Censo 2010 e que foram utilizados no diagnóstico a seguir estão o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (Fundação SEADE) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (PNUD Brasil).

Também há dados abertos em sites oficiais estatais sistematizados por meio das políticas públicas de assistência social e de saúde, além de outros índices que se baseiam em informações administrativas de mais fácil atualização. Dentre eles, optou-se por utilizar o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS (Fundação SEADE) e outros dados do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único da Saúde (SUS).

Antes da apresentação dos dados, faz-se necessário pontuar a importância de se considerar as situações de vulnerabilidade apresentadas como intimamente atreladas à maior violação e falta de acesso aos direitos das famílias e indivíduos. Tais expressões da questão social não só demandam ações das políticas públicas, mas também apontam a necessidade de atuação dos órgãos fiscalizadores.

Para a indicação de possíveis municípios prioritários em situação de maior vulnerabilidade da área regional de Ribeirão Preto, foram selecionados o IPVS, o IDH-M e o IPRS, em conjunto, por possuírem qualidades complementares e por apresentarem indicadores mais próximos da conjuntura atual, não obstante os tempos de coleta serem distintos. Pelo fato de o IPRS ser um índice de versão mais recente, sistematizado em 2018, deu-se um peso maior a ele para a escolha dos possíveis municípios e comarcas a serem priorizados. O IDH-M foi escolhido por ser um índice de larga utilização no mundo e reconhecido como uma referência significativa dentro das discursividades políticas hegemônicas. Destaca-se que tais escolhas são apenas sugestões e podem ser modificadas na interlocução com os promotores de justiça, sociedade civil organizada e população em geral dos territórios em questão.

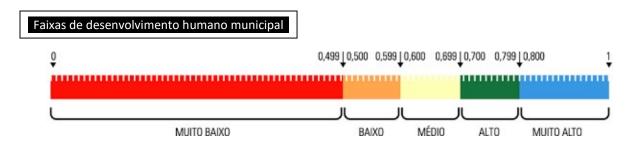
Com o intuito de aprofundar este olhar, seguem breves descrições dos principais índices levantados por esta equipe.

O primeiro conceito a ser apresentado é do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A discussão sobre a criação de um indicador sintético que representasse o grau de desenvolvimento em cada país surge no final dos anos 1980 na Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O conceito de "desenvolvimento" que fundamenta o IDH foi inspirado pelas contribuições teóricas do economista e filósofo indiano Amartya Sen que defendia "que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável" (Bellingieri, 2019). Desde então, a noção de IDH como unidade de medida do grau de "desenvolvimento humano" consolidou-se como uma importante discursividade política e, portanto, como um dos principais parâmetros de comparação entre diferentes territórios e épocas.

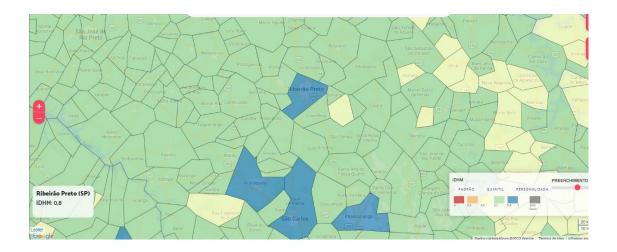
A tentativa de representação desse conceito em um único número estabeleceu as bases para sua composição partindo de três principais dimensões da vida social: saúde, educação e renda. Muitos outros índices que surgiram após o IDH reproduzem essas mesmas bases, buscando, cada um a seu modo e com objetivos diversos, minimizar dificuldades ou limitações específicas para a medição do grau de desenvolvimento humano em dado território. Entre os índices escolhidos para a apresentação do diagnóstico da área regional de Ribeirão Preto, o IPRS e o IDH-M baseiam-se no IDH.

O IDH-M segue a linha do IDH clássico e é composto pelos seguintes indicadores: 1. A saúde é representada pela expectativa de vida ao nascer; 2. A renda, pela renda municipal bruta per capita; 3. A educação, pela combinação de duas variáveis – fluxo escolar da população jovem e escolaridade da população adulta.

As três dimensões compõem, com pesos iguais, o índice que classifica cada território em 5 faixas de desenvolvimento humano: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Cabe citar que a dimensão renda, representada neste índice pela variável renda municipal per capita, terá a tendência de sempre ser mais alta em territórios com maior nível de industrialização e de inovação tecnológica, o que traz efeitos significativos sobre como se enxerga "desenvolvimento humano".



O IDH-M dos territórios analisados revela que os municípios de **Ribeirão Preto, São Carlos, Pirassununga e Araraquara** possuem indicadores muito altos e diferentes em relação aos demais, dado seu nível de industrialização e de densidade demográfica. Grande parte dos municípios de pequeno porte, alguns localizados em áreas rurais, também apresenta faixa de desenvolvimento humano alto. Conforme é possível verificar no mapa apresentado abaixo, poucos municípios estão na faixa de desenvolvimento médio. No entanto, é importante ressaltar que os dados utilizados no cálculo do IDH-M são do censo demográfico do IBGE 2010.

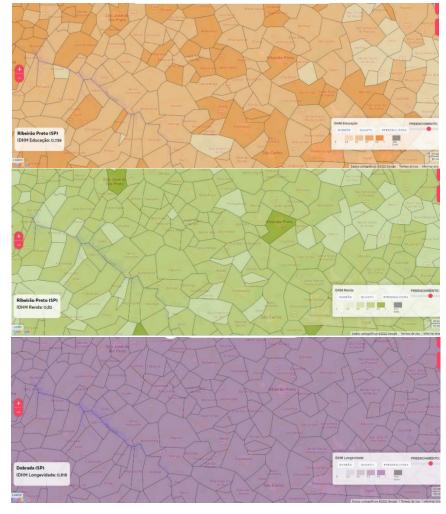


Os municípios com os 5 piores IDH-M (de 0,681 a 0,71) são: **Boa Esperança do Sul, Serra Azul, São Sebastião da Grama, Ibaté e Taiaçú**. Já os 5 melhores índices são: **Araraquara, São Carlos, Pirassununga, Ribeirão Preto e Cândido Rodrigues** (de 0,789 a 0,815).

Territorialidades	Piores Índices IDH-M 2010
Boa Esperança do Sul	0,681
Serra Azul	0,686
São Sebastião da Grama	0,701
Ibaté	0,703
Taiaçu	0,71

Territorialidades	Melhores Índices IDH-M 2010
Araraquara	0,815
São Carlos	0,805
Pirassununga	0,801
Ribeirão Preto	0,8
Cândido Rodrigues	0,789

Os mapas decompostos das três dimensões do IDH permitem inferir qual o peso relativo de cada uma delas para o resultado global, na ordem: educação, renda e longevidade:



As ilustrações mostram que renda e, em especial, educação são os principais componentes que determinam os municípios destacados com patamar mais baixo de desenvolvimento humano. Os índices de longevidade são bastante homogêneos em toda a

área regional. É possível verificar que o IDH-M renda é mais alto em Ribeirão Preto do que nos demais municípios do território analisado. No entanto, é importante problematizar a questão da concentração de renda e desigualdade social no município, o que aponta para a existência de territórios bastante vulneráveis, apesar dos valores pontuados pelo índice, contexto este que será retomado ao final deste levantamento de dados. As cidades que possuem IDH-M Renda e IDH-M Educação mais baixos encontram-se destacadas nas tabelas a seguir:

Territorialidades	IDHM Renda 2010
Trabijú	0,666
Cássia dos Coqueiros	0,68
Ibaté	0,681
Motuca	0,685
Gavião Peixoto	0,687

Territorialidades	IDHM Educação 2010
Boa Esperança do Sul	0,562
Serra Azul	0,572
São Sebastião da Grama	0,609
Caconde	0,62
Tambaú	0,624

É possível verificar que os valores do IDH-M educação nos munícipios destacados indicam que se trata de uma política pública que deve ser encarada como prioridade para a atuação nestes territórios.

No estado de São Paulo, além do IDH-M, outro índice que se baseia nas mesmas três dimensões do IDH tradicional é o IPRS, construído pela Fundação SEADE. Ele foi composto por variáveis que levam em consideração as especificidades do estado e que possibilitam sua atualização mais rápida, sem depender da realização de um censo demográfico que no Brasil ocorre, geralmente, a cada 10 anos.

Fatores como menor periodicidade e cobertura municipalizada fizeram com que a Fundação SEADE selecionasse como fontes para seus indicadores de renda, educação e saúde, registros administrativos das Secretarias da Fazenda e Planejamento e da Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Ministério da Economia, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, assim como de projeções populacionais, dados do Registro Civil (de óbitos e nascimentos), dados provenientes do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Resumidamente, os indicadores que compõe o IPRS final são: 1. Renda: consumo de energia elétrica, PIB municipal per capita, rendimento médio de empregados formais e benefícios do INSS; 2. Saúde: composição de 04 taxas de mortalidade nas seguintes faixas



etárias: 0-6 dias, 0-1 ano, 15-39 anos e 60-69 anos; 3. Educação: atendimento escolar (0-3 anos) e desempenho dos alunos na Prova Brasil.

Para a classificação dos municípios e a interpretação de seu nível de "desenvolvimento humano", o IPRS optou por considerar as três dimensões de uma forma mais interdependente.

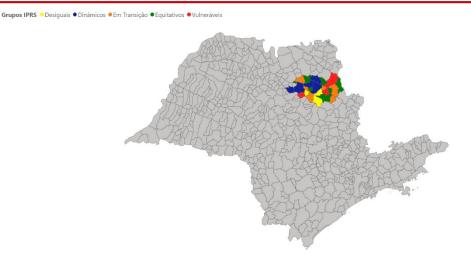
> Tal opção deve-se ao fato de que o objetivo do IPRS não é apenas chamar a atenção para os vários aspectos da realidade socioeconômica não contemplados por uma medida de riqueza como o Produto Interno Bruto (PIB), mas também proporcionar uma ferramenta analítica que revele a situação de cada um dos municípios paulistas nas dimensões centrais do desenvolvimento humano, e também agrupando-os em categorias de desenvolvimento socioeconômico semelhantes. Constitui, assim, um instrumento de avaliação da situação dos municípios que aponta diretamente para as oportunidades, os limites e os desafios existentes, permitindo selecionar os conjuntos de municípios de acordo com seus padrões de necessidades. Em outros termos, buscou-se, com o IPRS, a construção de um instrumento de gestão pública. (SÃO PAULO. Fundação SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: metodologia. 2019. Disponível em: http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf. Acesso em: abr. 2022).

Nessa direção, o IPRS classificou os 645 municípios do estado de São Paulo em cinco agrupamentos:

Desiguais - municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios (longevidade e/ ou escolaridade baixo). Dinâmicos - municípios com índice elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio /alto). Em transição - municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade (níveis baixos). Equitativos - municípios com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio/alto). Vulneráveis - municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade baixo).

De todos os índices mencionados, IPRS é o mais recente e seus dados sociais e projeções populacionais são de 2018, o que o torna um índice crucial para a análise do território. Além disso, na atual conjuntura de falta de recursos para políticas sociais no país, cabe destacar a importância da identificação de municípios "desiguais", para além dos "vulneráveis". O reconhecimento de territórios ricos, mas com indicadores sociais ruins permite a projeção de metas no PGA que exijam mais uma redefinição da agenda de prioridades do poder público do que a necessidade de um maior investimento financeiro.

Conforme é possível verificar no mapa abaixo, o IPRS da região administrativa de Ribeirão Preto apresenta uma heterogeneidade maior em comparação com o IDH-M.



Dentre os 5 agrupamentos, seguem os municípios que se encontram classificados como "desiguais" e "vulneráveis".

Desiguais
Luiz Antônio
Cravinhos
Dourado
Casa Branca
Pradópolis
Bebedouro

Vulneráveis	
Guariba	
Serra Azul	
Santa Lúcia	
Tambaú	
Itobi	

Desmembrando o IPRS nos seus componentes, é possível verificar que riqueza e educação novamente são responsáveis por determinar os municípios considerados desiguais e vulneráveis. Nas tabelas a seguir, sobressaem-se os territórios que apresentam os valores mais baixos para os componentes do índice. Um detalhamento maior da área regional de Ribeirão Preto no que diz respeito aos componentes do IPRS pode ser encontrado na Tabela D, anexa a este relatório.

Localidades	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza
Dobrada	26
Serra Azul	26
Caconde	27
Motuca	27
Santa Lúcia	28
Taiaçu	28
Santa Ernestina	30
Taiúva	30
Terra Roxa	30

Localidades	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão
	Longevidade
Cândido Rodrigues	56
Itobi	65
Santa Ernestina	65
Bebedouro	66
Casa Branca	66
Monte Azul Paulista	66
Terra Roxa	66
Pitangueiras	67
Santa Lúcia	67
Serra Azul	67
Trabiju	67

Localidades	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade
Boa Esperança do Sul	39
Rincão	43
Serra Azul	43
Cravinhos	44
Guatapará	44
Itobi	44
Dourado	45
Luiz Antônio	45

Outro índice muito utilizado para analisar os territórios do estado de São Paulo é o IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), que surge para complementar o IPRS e aprofundar o conhecimento sobre a situação de "vulnerabilidade social" em cada um dos municípios e sobre suas áreas de concentração de pobreza.

Diferentemente dos índices baseados no tripé do IDH que buscam medir "desenvolvimento humano", o IPVS busca medir graus de pobreza atrelada a uma definição de "vulnerabilidade social".

Nesse sentido, o IPVS operacionaliza o conceito de vulnerabilidade social proposto por KATZMAN, 1997 de que a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade. Desse modo, a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do

sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc. (SÃO PAULO, 2013, p. 9).

Outro pressuposto do IPVS é de que a segregação espacial "contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social" (SÃO PAULO, 2013, p. 9). Para os construtores do IPVS, ambientes segregados tendem a exercer processos, também segregados, de socialização e de comportamentos que ampliam a vulnerabilidade à pobreza (SÃO PAULO, 2013, p. 9). Nessa direção, a identificação de "áreas com concentração de populações vulneráveis à pobreza" torna-se um dos objetivos do índice.

- O IPVS, então, "consiste em uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade" (SÃO PAULO, 2013, p. 10). Com base no Censo Demográfico 2010, "além das variáveis socioeconômicas (renda e condição de alfabetização), elegeram-se às relacionadas ao ciclo de vida familiar (presença de crianças menores, idade e gênero do chefe de família)" (SÃO PAULO, 2013, p. 10). São elas:
- Dimensão socioeconômica: renda domiciliar per capita, rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, percentual de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo, percentual de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 do salário mínimo e percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas;
- Dimensão ciclo de vida/demográfica: percentual de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos, percentual de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos, idade média das pessoas responsáveis, percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade.

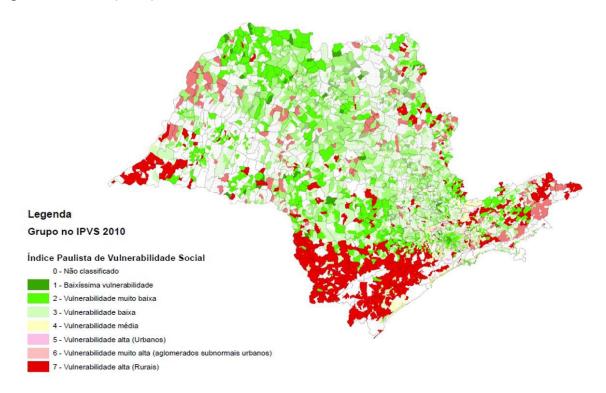
Percebe-se, nesse índice, a centralidade que a noção de pobreza possui, em especial, a partir da renda domiciliar e que se amplia para uma noção de vulnerabilidade à pobreza ligada a uma ideia de que a responsabilização precoce da juventude pelo domicílio, presença da primeira infância no domicílio e da mulher como chefe de família tornam tal grupo familiar mais vulnerável à pobreza. O IPVS é um índice primordial para o conhecimento mais detalhado das realidades existentes dentro de cada um dos municípios e para a localização de suas áreas de concentração de pobreza. Porém, cabe ressaltar seu pouco reconhecimento do papel do Estado e da presença de políticas públicas em cada território.

O IPVS categoriza diferentes territórios de um mesmo município de acordo com os grupos de classificação (exibindo as porcentagens para cada um):

- Grupo 1: Baixíssima vulnerabilidade;
- Grupo 2: Vulnerabilidade muito baixa;
- Grupo 3: Vulnerabilidade baixa;
- Grupo 4: Vulnerabilidade média;
- Grupo 5: Vulnerabilidade alta (urbanos);
- Grupo 6: Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais);
- Grupo 7: Vulnerabilidade alta (rurais).



O mapa a seguir apresenta as classificações realizadas conforme o último censo demográfico do IBGE (2010).



Ao aproximarmos o mapa para a área regional de Ribeirão Preto, é possível verificar que suas classificações aprofundam o olhar para dentro dos limites de cada município, tornando interessante o uso do IPVS nos diagnósticos de nível municipal. A maioria das cidades do território em análise está nos grupos de vulnerabilidade muito baixa ou baixa, porém é possível verificar a existência de pontos de maior vulnerabilidade na área regional, principalmente nas áreas rurais.

Dentre os municípios de maior proporção (70% ou mais da população exposta) de vulnerabilidade dos grupos 4 a 7 (entre média a muito alta), encontramos:

Localidade	IPVS (% da população exposta- soma dos grupos 4 (vulnerabilidade média) a 7 (vulnerabilidade alta- rurais)
Taquaral	100
Trabiju	100
Santa Lúcia	96,9
Dobrada	91,3
Taiaçu	90,6
Serra Azul	86,3
Guatapará	80,8
Santa Cruz da Esperança	76,3
Ribeirão Bonito	72



Boa Esperança do Sul	70,4
Caconde	70,4

Fazendo a diferenciação entre as vulnerabilidades urbana e rural, verifica-se que os territórios que possuem 25% ou mais da população da área rural exposta à alta vulnerabilidade são Serra Azul e Motuca. Os territórios urbanos que possuem 30% ou mais da população exposta à alta vulnerabilidade são: Luiz Antônio, Pontal, Dobrada, Ibaté, Barrinha, Pitangueiras e Serrana.

*

Além dos índices que já foram expostos, outros dados sociais relacionados à saúde, programas e benefícios sociais são importantes para auxiliar no melhor entendimento da realidade social vivenciada pela população dos municípios da área regional de Ribeirão Preto.

Inicialmente, dos dados relacionados à saúde, definiu-se três indicadores que remetem às condições básicas de vida como mortalidade infantil, saneamento ambiental e atenção primária em saúde. São eles: taxa de mortalidade infantil; porcentagem de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; e porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção básica. Todos esses indicadores são de 2017. Um maior detalhamento do território analisado pode ser verificado na Tabela E, anexa a este relatório.

Sobre a mortalidade infantil, que demonstra o número de mortos para cada mil nascidos vivos, o município da região que se destaca com a maior taxa é Taiúva, com 34,48 mortes para cada mil nascidos vivos. Na sequência, tem-se Dourado e Luiz Antônio com, respectivamente, 31,25 e 26,6 mortes por mil nascidos vivos. Destaca-se que a taxa de mortalidade do Brasil é 12,38 e, na área regional de Ribeirão Preto, há 24 municípios com números maiores, como é possível verificar na tabela que se segue:

Territorialidade	Taxa de mortalidade infantil
Brasil	12,38
Taiúva	34,48
Dourado	31,25
Luís Antônio	26,6
Santa Lúcia	20,2
Santa Rita do Passa Quatro	20,16
Monte Alto	18,4
Guatapará	18,18
Boa Esperança do Sul	17,65
Dobrada	16,67
Américo Brasiliense	16



Pirangi	15,5
Sertãozinho	15,19
São Simão	15,04
Fernando Prestes	14,93
Jardinópolis	14,52
Gavião Peixoto	14,49
Ribeirão Bonito	14,18
Caconde	14,15
Pirassununga	13,68
Tambaú	13,2
Jaboticabal	13,02
Paraíso	12,82
Santa Cruz das Palmeiras	12,69
Cravinhos	12,44

No que se refere à porcentagem de internações relacionadas ao saneamento ambiental, dentro do universo das internações nos municípios, os que se destacam com números piores são: Monte Azul Paulista, com 5,51%; Terra Roxa, com 4,3% e Taquaritinga, com 3,4%. Aponta-se, ainda, que, no total, há 07 municípios com porcentagem de internações maiores do que a média brasileira, no que se refere às doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. São eles:

Territorialidades	% de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	
Brasil	2,28	
Monte Azul Paulista	5,51	
Terra Roxa	4,3	
Taquaritinga	3,4	
Monte Alto	3,06	
Santa Ernestina	2,66	
Viradouro	2,55	
São Sebastião da Grama	2,46	

Por fim, o indicador da porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção primária pode dar indícios de como está a qualidade e o desempenho deste nível de atenção em saúde, nos territórios. Vale lembrar que todos os municípios, independente do porte, devem oferecer, em termos de saúde, pelo menos a atenção primária. Dessa forma, considera-se que as cidades com maior número de internações por condições sensíveis à atenção primária podem apresentar uma atenção primária fragilizada, dificuldade para atender situações básicas, a fim de evitar seu agravamento e a consequente internação. A título de informação, a Portaria nº 221, de 17 de abril de 2008, do Ministério da Saúde traz a lista de condições sensíveis à atenção primária.



Como é possível verificar na tabela a seguir, na área regional de Ribeirão Preto, há 19 municípios com porcentagem maiores do que a do Brasil:

Territorialidades	% de internações por condições sensíveis à atenção primária
Brasil	21,13
Viradouro	33,74
Monte Azul Paulista	31,19
Caconde	30,06
Divinolândia	28,43
Santa Rosa de Viterbo	25,57
Pirangi	25,39
Santa Rita do Passa Quatro	24,9
Pitangueiras	24,84
São Sebastião da Grama	24,04
Taquaritinga	23,94
Casa Branca	23,93
Santa Cruz da Esperança	23,48
Terra Roxa	23,04
São José do Rio Pardo	22,57
Santa Lúcia	22,4
Pirassununga	22,1
Guariba	21,95
Jaboticabal	21,44
São Carlos	21,33

*

Antes de se finalizar este subcapítulo, um dado importante para o diagnóstico do território analisado é a porcentagem de pessoas em situação de vulnerabilidade à pobreza existente nos municípios. A partir de dados do IBGE de 2010, ressalta-se as seguintes territorialidades que apresentam os piores índices da área regional:

Territorialidades	% de vulneráveis à pobreza 2010
Brasil	32,56
Caconde	30,16
Trabiju	28,15
Cássia dos Coqueiros	27,24
Motuca	25,84
Santa Cruz da Esperança	24,74
Guatapará	24,61
Casa Branca	24

Embora todos os municípios da área regional possuam a porcentagem populacional de pessoas vulneráveis à pobreza inferior à porcentagem média brasileira, uma vez que os municípios com os piores índices já apresentaram outros pontos de vulnerabilidade em outras áreas como renda, riqueza e educação, discutidos anteriormente, considera-se importante apontar mais essa situação crítica.

Por fim, cabe apresentar dados referentes ao Programa Bolsa Família, que, embora tenha sido extinto e substituído pelo programa Auxílio Brasil, permite verificar algumas situações vivenciadas pela população mais pobre e vulnerável, especialmente ao se comparar o período anterior e durante a pandemia pelo novo coronavírus.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com vistas à superação da situação de vulnerabilidade e pobreza. Além da renda, o PBF buscou garantir o acesso à educação e à saúde. De acordo com os critérios estabelecidos pelo Governo Federal, o público-alvo do programa era famílias que vivenciam situação de pobreza e extrema pobreza, no entanto as famílias pobres poderiam participar caso tivessem, entre seus membros, gestantes e/ou crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos. Salienta-se que as famílias consideradas extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa e as famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa (BRASIL, Caixa Econômica Federal)³.

Desse modo, um dado importante que indica a quantidade de famílias pobres e extremamente pobres nos territórios é a porcentagem das famílias cadastradas no PBF em relação ao total de domicílios no município.

De acordo com os dados levantados pela Fundação SEADE, em outubro de 2021, os municípios que possuíam mais de 15% das famílias recebendo Bolsa Família eram:

Territorialidades	% famílias no bolsa família em relação ao número de domicílios no município (out/2021)
Serra Azul	30,2
Trabiju	22,4
Santa Ernestina	19,3
Caconde	17,6
Guatapará	17,2
Taiaçu	16,6
Ibaté	15,7
Boa Esperança do Sul	15,4
Casa Branca	15,2

³ Disponível em: < https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 14/04/2022.



Para verificar o impacto da pandemia do novo coronavírus na quantidade de famílias pobres e extremamente pobres nos territórios analisados, procurou-se, ainda, comparar a porcentagem de famílias inscritas no PBF em janeiro de 2020 e em outubro de 2021. Os municípios que tiveram um aumento mais expressivo de famílias inscritas no período citado foram: Casa Branca, Américo Brasiliense, Jardinópolis, São Simão e Pontal. Um detalhamento do aumento de famílias inscritas nos municípios analisados pode ser obtido na Tabela F, anexa a este relatório.

2.4 Município de Ribeirão Preto

Embora o município de Ribeirão Preto, considerado em sua totalidade, não tenha índices e indicadores sociais que apontem de modo geral uma média ou alta vulnerabilidade, optou-se por considerá-lo no processo de elaboração e implementação do PGA por três motivos: 1. Por se tratar do município sede da área regional e pela relevância que possui, em virtude das razões descritas anteriormente, para a RMRP e para o interior do estado; 2. Pelo fato de possuir em seu território um dos assentamentos rurais descritos anteriormente e a questão dos conflitos agrários e das desigualdades sociais que o permeia; 3. Pela experiência de trabalho das técnicas do NAT junto ao município, nos últimos 10 anos, que tem possibilitado identificar acentuada desigualdade social e aspectos relevantes de vulnerabilidades que requerem atuação mais efetiva do poder público.

Dentre estas vulnerabilidades, buscou-se associar as que mais foram identificadas no processo de trabalho do NAT com as que mais têm gerado demandas de trabalho para os atores da rede socioassistencial com quem se mantém contato profissional e que, no contexto da pandemia de Covid-19, foram reveladas e seguramente agravadas.

Déficit habitacional e condições de moradia

De acordo com dados estimados do IBGE (2011), a população de Ribeirão Preto chegou a 720.116 pessoas em 2021, evidenciando um eventual crescimento de cerca de 19% em relação ao número de habitantes do último censo.

Destaca-se que a população do Município de Ribeirão Preto representa mais de 40% da população regional, uma concentração demográfica que faz-se acompanhar pela afluência do problema habitacional. Dados de 2010 da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo apontam que 22% dos domicílios situados em áreas de risco e 96% das habitações subnormais da região encontravam-se no Município (RIBEIRÃO PRETO, 2019, p. 13).

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto (PLHIS-RP), revisado em 2019 e aprovado pela <u>Lei Complementar n° 3052/2020</u>, aponta que houve

[...] um aumento expressivo do número de domicílios em assentamentos precários⁴ no período de 2010 a 2019. A atual administração registra que em março de 2.017 havia 96 assentamentos precários [...]. Embora não haja estudos aprofundados a respeito, há indícios que esse aumento se relaciona com fatores tais como: subestimação do fenômeno pelo PLHIS-RP em 2010; ocupações de terra com deslocamento de população de outras regiões para o município; e excessiva valorização do preço da terra no período (RIBEIRÃO PRETO, 2019, p. 29).

O número de assentamentos precários, na cidade, dobrou em um período de 10 anos, segundo dados da tabela a seguir.

	PLHIS-RP (2010)	PLHIS-RP (2019)
Assentamentos precários	43	87
Domicílios	5.582	9.734

Fonte: Ribeirão Preto (2019, p. 29)

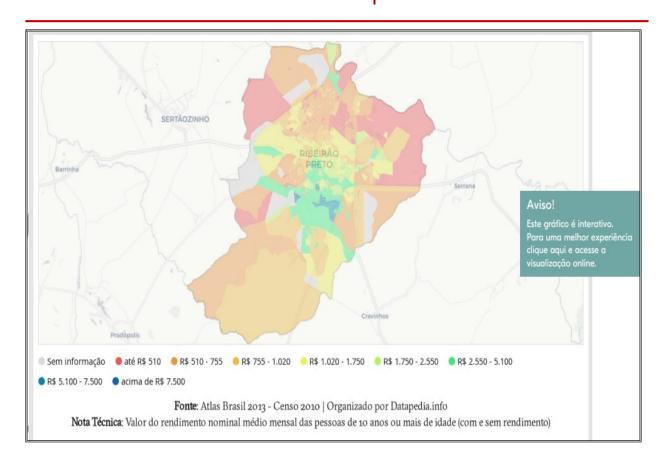
É possível afirmar, fundamentado no PLHIS-RP (2019), que os assentamentos precários localizam-se predominantemente nas regiões norte e oeste da cidade. Na região norte, formaram-se, principalmente, no entorno de três grandes pontos de referência do município – o Aeroporto Leite Lopes, o Parque Permanente de Exposições e o Jóquei Clube.

⁴ Assentamentos precários são áreas ocupadas de forma irregular, na perspectiva jurídica e/ou urbanística, com deficiências relativas à infraestrutura e acessibilidade (Cardoso, 2009 apud Ribeirão Preto, 2019).



O mapa a seguir, extraído do site da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal⁵, demonstra a renda média por setor censitário de Ribeirão Preto. Relacionando-o ao mapa acima, verifica-se que grande parcela dos setores censitários, cuja renda média é de até R\$ 510,00, situa-se nas regiões norte e oeste da cidade, onde se localizam, de forma mais prevalente, os assentamentos precários. Salienta-se que este mapa é interativo, sendo assim, acessando-o diretamente no site, é possível verificar com maior nitidez as informações a respeito da renda média de cada área.

⁵ Disponível em: s



Ampliando-se um pouco o mapa acima, observa-se a região do Aeroporto Leite Lopes e os bairros em seu entorno - Jardim Aeroporto, Jardim Salgado Filho I e II. A renda média neste setor varia de R\$ 351,62 a R\$ 595,55. Trata-se de uma área carente de serviços públicos e que, há anos, está envolvida em um debate dos poderes públicos estadual e municipal, da sociedade civil e de empresas e especialistas do ramo, a respeito da internacionalização do aeroporto que requer, entre outras questões, a ampliação de seu espaço⁶.

https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/leite-lopes-sera-gerido-pela-iniciativa-privada-com-investimentos-de-r-130-milhoes.

⁶ Para outras informações:

https://publico.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sapl documentos/documento comissao/23 documento.pdf>.



Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)



Fonte: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)

A próxima tabela indica que a maior parte dos assentamentos precários desenvolveuse em áreas de proteção permanentes (APP), em localidades com risco de inundação/alagamento e de escorregamento/solapamento (regiões de riscos geotécnicos). Como outros tipos de risco, o Plano considerou "a curva de ruído do aeroporto, faixas de alta tensão e passivos ambientais (possível contaminação do solo)" (RIBEIRÃO PRETO, 2019, p. 34-35).

Tipo de risco ou gravame ambiental	Total de Assentamentos Precários	%	Total de domicílios	%
APP	17	20	3.043	31
Risco de inundação	6	7	1.338	14



Risco geotécnico	2	2	853	9
Outros tipos de risco	17	20	3.704	38

Fonte: Ribeirão Preto (2019, p. 35)

Ressalta-se que a construção/atualização do Plano de Habitação de Interesse Social e a promulgação da Lei Complementar que institui a Política Municipal de Habitação e aprova o PLHIS são avanços consideráveis na busca de soluções para o problema do déficit habitacional em Ribeirão Preto. Cabe mencionar, todavia, que os dados citados são anteriores ao início da pandemia de Covid-19 e que, portanto, o número de pessoas vivendo em assentamentos precários pode ser ainda maior.

Isto posto, é imprescindível que a política municipal de habitação seja, de fato, implementada, de forma intersetorial, em conjunto com outras secretarias de governo (educação, saúde, assistência social, meio ambiente, planejamento e desenvolvimento urbano, etc), considerando que as vulnerabilidades destas pessoas ultrapassam a falta de moradia adequada, que se configura apenas como mais um direito que lhes foi violado. Para além da garantia de moradia, essas pessoas devem ser acompanhadas pelos serviços da rede de Ribeirão Preto, visando à ampliação e consolidação de sua inserção social e à garantia de todos os seus direitos.

Pessoas em situação de rua

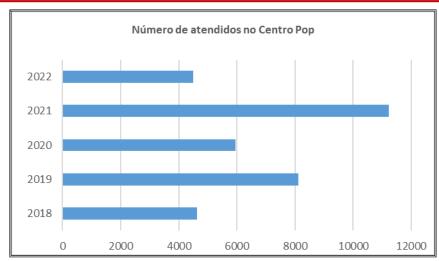
Não obstante a carência de estudos mais sistematizados sobre a realidade de Ribeirão Preto, pesquisas apontam que a pandemia de Covid-19 elevou o número de pessoas que vivem em situação de rua no país e alterou o perfil deste público, passando a abarcar aqueles que perderam trabalho, moradia e renda (FIOCRUZ, 2021; BRASIL, 2021; SILVA et al., 2020).

Em Ribeirão Preto, no âmbito da política pública de assistência social, as pessoas em situação de rua são atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social⁷ (SEAS) e pelo Centro Pop (Centro de Referência Especializado de Assistência Social direcionado ao atendimento desta parcela da população)⁶.

O gráfico a seguir demonstra o número de pessoas atendidas pelo Centro Pop entre os anos de 2018 e 2022, segundo dados disponibilizados pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto (SEMAS).

⁷ Para maiores informações:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia-social/Normativas/tipificacao.pdf>.



Fonte: SEMAS, 2022.

Em 2018, 4.628 pessoas foram atendidas. Este número elevou-se para 8.103 em 2019, representando um aumento de, aproximadamente, 75,1%. Em 2020, os atendimentos tiveram uma redução de cerca de 26,6%, muito possivelmente devido à necessidade de reorganização do serviço e à adequação do atendimento à modalidade remota, no primeiro ano da pandemia. Observa-se que o número de pessoas atendidas volta a crescer em 2021 – 11.228. Destaca-se que os quatro primeiros meses de 2022 já somam 4.502 pessoas atendidas.

Quanto ao SEAS, tem-se:

Ano	Número de pessoas atendidas	Número de atendimentos (abordagens e reabordagens)
2018	2874	4487
2019	2541	4666
2020	1822	3987
2021	1766	3539
2022	652	1209

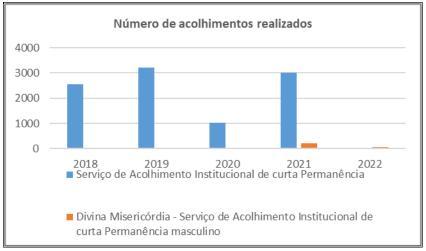
Fonte: SEMAS, 2022.

Considerou-se para os cálculos de 2022 os meses de janeiro a abril. Seguindo a tendência do Centro Pop, observa-se que a oferta de atendimento diminuiu em 2020 e 2021, durante as fases mais graves da pandemia.

O próximo gráfico apresenta o número de acolhimentos realizado por dois serviços de acolhimento institucional de curta permanência para pessoas em situação de rua8. É preciso ressaltar que a instituição Divina Misericórdia iniciou o seu trabalho em 2021, por este motivo os dados referem-se apenas ao ano de 2021 e aos quatro primeiros meses de

⁸ Segundo a SEMAS, o tempo de acolhimento nestas instituições é de 90 dias, em média.

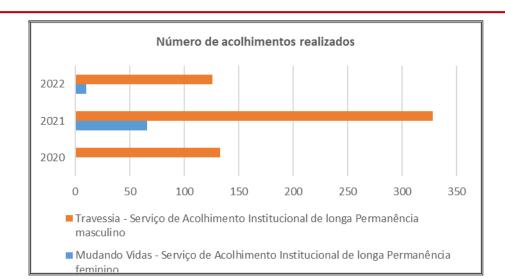
2022. Esta última acolheu 220 e 60 homens em situação de rua nos anos de 2021 e 2022, respectivamente. Com relação ao outro equipamento (representado pela cor azul no gráfico), percebe-se que houve um aumento do número de atendimentos entre 2018 e 2019, passando de 2.555 para 3.219 pessoas atendidas. Acompanhando a tendência dos demais serviços, considerando-se que 2020 foi o primeiro ano da pandemia de Covid-19, houve uma queda de 68,25% no número de acolhimentos neste ano (de 3.219 em 2019 para 1.022 em 2020). Este percentual aumentou significativamente em 2021 – 193,5% (de 1.022 para 3.000 pessoas atendidas). Não foram disponibilizados dados referentes aos primeiros meses de 2022.



Fonte: SEMAS, 2022.

Quanto aos serviços de acolhimento de longa permanência para pessoas em situação de rua⁹ – um masculino e outro feminino, ambos implantados no contexto da pandemia, tem-se a seguinte situação:

⁹ Segundo a SEMAS, o tempo de acolhimento nestas instituições é de seis meses, em média.



O número de homens em situação de rua acolhido é bem superior. O serviço Travessia iniciou-se em 2020 e, neste ano, entre os meses de agosto e dezembro, acolheu 133 homens. Este número elevou-se para 328 em 2021 e, em 2022, foram realizados 126 acolhimentos nos seus quatro primeiros meses. Já a instituição Mudando Vidas acolheu 66 mulheres em 2021 e 10 em 2022, no primeiro quadrimestre.

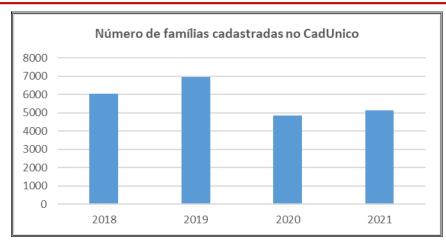
Os dados expostos sugerem a necessidade de aprofundamento de estudos sobre o perfil das pessoas em situação de rua no município, bem como a implementação de mecanismos de avaliação das ações já criadas e executadas, no que se refere à qualidade e à capacidade de atendimento ofertado frente às mudanças e agravamento dos impactos causados pela pandemia e sua interface com as demais políticas públicas.

Demanda por benefícios sociais e de transferência de renda

Os dados apresentados nesta seção também foram disponibilizados pelo setor de Vigilância Socioassistencial da SEMAS e se referem ao período de 2018 a 2022.

No que se refere ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadUnico) que, conforme o Art. 2º do Decreto 11.016/2022¹0, "[...] é instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional.", foram cadastradas 6.045 famílias em 2018; 6.963 em 2019; 4.855 em 2020 e 5.147 em 2021. No ano de 2022, até o mês de abril, 251 famílias foram inseridas no CadUnico.

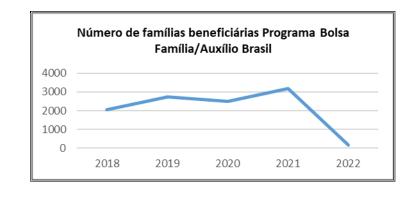
¹⁰ Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 – regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.



Fonte: SEMAS, 2022.

A quantia de famílias inseridas no Programa Bolsa Família, atualmente denominado Auxílio Brasil, seguiu a mesma tendência, ou seja, com exceção do ano de 2020, houve um crescimento contínuo do número de cadastros realizados. Em 2018, 2.048 famílias foram inseridas no Programa. Em 2019, aumentou-se em 34,22% o índice de novos cadastros. Após uma queda de, aproximadamente, 8,87% na demanda pelo benefício em 2020, houve ampliação da busca pelo benefício em 2021, ano em que o número de famílias cadastradas foi de 3.174.

	Nº de famílias
Ano	beneficiárias Bolsa
	Família/Auxílio Brasil
2018	2048
2019	2749
2020	2505
2021	3174
2022	181



Fonte: SEMAS, 2022.

Quanto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com exceção do ano de 2019, os dados da SEMAS apontam para um aumento entre o período de 2018 a 2022, conforme a tabela abaixo.

Ano	Beneficiários BPC
2018	10.598
2019	10.533
2020	10.647



2021	10.896
2022	10.772

Ainda que outras políticas sociais como educação e saúde, por exemplo, também tenham sofrido impactos consideráveis e tenham tido sua situação agravada com a pandemia, buscou-se, neste estudo, focar na assistência social devido ao fato de ser uma política cuja estruturação em um sistema único e reorganização de seus processos de trabalho são recentes na história do país, além de ser uma área que, em Ribeirão Preto, requer maior investimento por parte do poder público quanto à implementação de novos equipamentos da proteção social básica e da proteção social especial, contratação de profissionais para comporem as equipes de atendimento, conforme legislações e orientações técnicas vigentes, carecendo, portanto, de acompanhamento também dos órgãos e instituições de defesa e garantia dos direitos sociais.

3 Caracterização regionalizada das políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Educação

Cabe mencionar que a divisão administrativa estabelecida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo não coincide com as organizações regionalizadas das principais políticas públicas estaduais (saúde, educação e assistência social). No que diz respeito à área da saúde, as cidades são organizadas por departamentos regionais de saúde (DRS). Já na área da educação, em diretorias regionais de ensino (DE). Quanto à área da assistência social, existem os conjuntos de municípios que compõem as diretorias regionais de assistência e desenvolvimento social (DRADS). Esta é uma questão que perpassa o trabalho do NAT e das promotorias de justiça e que deve ser ponderada no processo de planejamento de ações, para o atendimento de demandas envolvendo os territórios. Existem cidades, por exemplo, que, devido a sua localização geográfica, pertencem a DRS, DRADS e DE distintas. É o caso de Pirangi, Taquaral, Santa Rita do Passa Quatro e Fernando Prestes, conforme se verifica na tabela a seguir.

MUNICÍPIO	DRS (Saúde)	DRADS (Assistência Social)	DE (Educação)
Américo Brasiliense	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Motuca	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Rincão	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Santa Lúcia	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Araraquara	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Gavião Peixoto	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Nova Europa	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Bebedouro	Barretos (DRS V)	Barretos	Jaboticabal



Brodowski	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Caconde	São João da Boa Vista (DRS XIV) São João da Boa V		São João da Boa Vista
Tapiratiba	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
Cajuru	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Cássia dos Coqueiros	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Santa Cruz da Esperança	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Casa Branca	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
Itobi	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	Catanduva
Cravinhos	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Serra Azul	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Descalvado	Araraquara (DRS III)	Araraquara	São Carlos
Guariba	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Pradópolis	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Ibaté	Araraquara (DRS III)	Araraquara	São Carlos
Jaboticabal	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Taiaçú	Barretos (DRS V)	Barretos	Jaboticabal
Taiúva	Barretos (DRS V)	Barretos	Jaboticabal
Jardinópolis	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Matão	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Dobrada	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Taquaritinga
Mococa	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
Monte Alto	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Monte Azul Paulista	Barretos (DRS V)	Barretos	Jaboticabal
Paraíso	São José do Rio Preto (DRS XV)	São José do Rio Preto	Catanduva
PIRANGI	São José do Rio Preto (DRS XV)	Barretos	Taquaritinga
Vista Alegre do Alto	Barretos (DRS V)	Barretos	Taquaritinga
Pirassununga	Piracicaba (DRS X)	Piracicaba	Pirassununga
Pitangueiras	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Taquaral	Barretos (DRS V)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Pontal	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Porto Ferreira	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Pirassununga
Ribeirão Bonito	Araraquara (DRS III)	Araraquara	São Carlos
Boa Esperança do Sul	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Dourado	Araraquara (DRS III)	Araraquara	São Carlos
Trabijú	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Araraquara
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Guatapará	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Jaboticabal
Santa Cruz das Palmeiras	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	Pirassununga
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		



Santa Rita do Passa Quatro	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Araraguara	Pirassununga
	,		3
Santa Rosa de Viterbo	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
São Carlos	Araraquara (DRS III)	Araraquara	São Carlos
São José do Rio Pardo	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
São Sebastião da Grama	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
Divinolândia	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
São Simão	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Luiz Antônio	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Serrana	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Sertãozinho	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Barrinha	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Dumont	Ribeirão Preto (DRS XIII)	Ribeirão Preto	Sertãozinho
Tambaú	São João da Boa Vista (DRS XIV)	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
Taquaritinga	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Taquaritinga
Cândido Rodrigues	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Taquaritinga
Fernando Prestes	São José do Rio Preto (DRS XV)	Araraquara	Taquaritinga
Santa Ernestina	Araraquara (DRS III)	Araraquara	Taquaritinga
Viradouro	Barretos (DRS V)	Barretos	Sertãozinho
Terra Roxa	Barretos (DRS V)	Barretos	Sertãozinho

Na área regional de Ribeirão Preto, há municípios pertencentes a

- O6 DRS diferentes: Araraquara, Barretos, Piracicaba, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista e São José do Rio Preto. A maior parte dos municípios (63%) pertence aos DRS de Araraquara (20 cidades) e de Ribeirão Preto (23 cidades).
- O6 DRADS distintas: Araraquara, Barretos, Piracicaba, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista e São José do Rio Preto. Da mesma forma, grande parte das cidades (69%) fazem parte das DRADS de Ribeirão Preto (23 municípios) e de Araraquara (22 municípios).
- 09 DE distintas: Araraquara, Catanduva, Jaboticabal, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos, São João da Boa Vista, Sertãozinho, Taquaritinga. Na área da educação, os territórios estão distribuídos de forma mais homogênea. As DE que concentram maior número de municípios são: Ribeirão Preto (11 cidades), Araraquara e Jaboticabal (com 10 cidades cada), seguidas de Sertãozinho e de São João da Boa Vista com 08 municípios cada.

Salienta-se que, na área regional de Ribeirão Preto há um dos três grupos de atuação especial de educação (GEDUC) existentes no MPSP. Criado em 2016, o GEDUC – Núcleo de Ribeirão Preto possui como área de abrangência 22 municípios que compõem as DE de



Sertãozinho e de Ribeirão Preto, dos quais, nem todos coincidem com a divisão administrativa do MPSP.

4. Seleção de municípios para o PGA na perspectiva de um Projeto Estratégico MP Social

Tendo em vista os dados, as discussões apresentadas e a dimensão da região em análise, face à necessidade de execução de um Plano Geral de Atuação, no espírito da Carta de Brasília (2017), a qual enfatiza a relevância de que o Ministério Público se antecipe às demandas sociais, foi realizada uma primeira pré-seleção de recorte de municípios mais vulneráveis, sugeridos como prioridade para a atuação da instituição. São eles:

Entrância	Promotoria de Justiça	Município	Nº de Promotorias de Justiça / Cargos
Inicial	Guariba	Guariba	2
miciai	Guariba	<u>Pradópolis</u>	
Inicial	Cravinhos	Serra Azul <mark>(1) (2) (3)</mark>	2
miciai	Cidvillios	<u>Cravinhos</u>	
		Santa Lúcia <mark>(1) (2)</mark>	
Inicial	Américo Brasiliense	Rincão	2
IIIICiai	Americo brasiliense	Motuca	
		Américo Brasiliense]
Inicial	Tambaú	<mark>Tambaú</mark>	1 (vago)
Intermediária	Casa Branca	<mark>ltobi</mark>	3
intermediana	Casa Branca	Casa Branca	3
Inicial	São Simão	<mark>Luís Antônio</mark>	1
IIIICiai	Sao Silliao	São Simão	1
	Ribeirão Bonito	<mark>Dourado</mark>	1
Inicial		Ribeirão Bonito	
IIIICIai		<mark>Trabijú</mark>	
		Boa Esperança do Sul (1) (2)	
Intermediária	Bebedouro	<mark>Bebedouro</mark>	4
inicial	Pitangueiras -	Taquaral Taquaral	2
IIIICIai		Pitangueiras	2
Intermediária	Matão	Dobrada	4
mtermediaria		Matão	4
	Jaboticabal	Taiaçú <mark>(1) (2)</mark>	5
Final		Taiuva	
		Jaboticabal	
Inicial	Ibaté	<mark>lbaté</mark>	1
Inicial	São Sebastião da Grama	São Sebastião da Grama	1
IIIICIAI		Divinolândia	
Inicial	Caconde	Caconde	1 (vago)

Total	16 comarcas	34 municípios	
Final	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	auxiliares, 1 regional
		Guatapará	22 (1 vago), 2
IIIICiai	Cajuru	Cajuru	1
Inicial	Cajuru	Santa Cruz da Esperança	1
		Tapiratiba	

Segundo a tabela acima, foram pré-selecionadas 16 promotorias de justiça, que compreendem 34 municípios. A fim de esclarecer os critérios de análise para esta seleção inicial, foram considerados de maneira transversal e por ordem de prioridade:

- A importância do uso de dados mais atualizados por considerar que ocorreram mudanças significativas nos últimos anos. Pelo IPRS ser um índice de versão mais recente, demos a ele um peso maior para escolha dos possíveis municípios e comarcas a serem priorizados.
- 2. Menores IDHMs da regional;
- 3. Maior porcentagem de população presente entre os grupos de 4 a 7 e de 5 a 7 do IPVS;

<u>Legenda</u>

IPRS desiguais: amarelo
IPRS vulneráveis: azul
Piores IDH-M: verde

IPVS (70% ou mais da população exposta à média, alta ou muito alta vulnerabilidade):

vermelho

Os municípios destacados na tabela, conforme legenda acima, compõem, portanto, aqueles, em tese, mais vulneráveis, considerando os critérios estabelecidos. Uma vez que o PGA pressupõe a atuação da Promotoria de Justiça, foram incluídos, também, aqueles que pertencem às comarcas.

No que tange ao município de **Ribeirão Preto**, muito embora esteja pré-selecionado, tendo em vista que Guatapará pertence à comarca e foi destacado pelo índice IPVS, há a compreensão de que o PGA pode priorizar ações que atendam às problematizações destacadas no item 2.4 deste relatório, tendo em vista sua gravidade e o nível de relevância para a população, sobretudo dos bairros destacados com maiores vulnerabilidades, dentre eles: Jardim Aeroporto, Jardim Salgado Filho I e II, Parque Ribeirão Preto, Ipiranga, Campos Elíseos e Adelino Simioni que são acentuados nichos de exclusão aos direitos e de desigualdades sociais. Além disso, conforme já apontado anteriormente, Ribeirão Preto também possui um dos assentamentos em territórios rurais dentre aqueles que pertencem à regional.

Considerando, ainda, a grande quantidade de municípios e promotorias de justiça recortados a partir dos critérios acima mencionados, foi realizado o cruzamento destes

dados prioritários com os demais indicadores sociais descritos neste estudo, pormenorizando os seguintes aspectos: o desmembramento do IDH-M entre os índices de Renda e Educação; o detalhamento do IPRS dentre as classificações de Riqueza, Longevidade e Escolaridade; o percentual de população urbana e rural exposta à alta vulnerabilidade; a mortalidade infantil; a quantidade de internações relacionadas ao saneamento ambiental e por condições sensíveis à atenção primária; os piores índices de população vulnerável à pobreza e aqueles com maiores índices percentuais de população cadastrada no programa Bolsa Família, a fim de refinar a seleção das localidades a serem trabalhadas no PGA. Considerou-se, dessa forma, os municípios que tiveram destaque em quatro ou mais índices e indicadores sociais considerados, dos quais foram identificados:

- O município de Serra Azul aparece como destaque em nove dos 17 índices e indicadores apresentados, dentre eles: cinco piores IDH-M; cinco piores IDH-M Educação; município vulnerável (IPRS); IPVS de 4 a 7; piores índices no IPRS Escolaridade, IPRS Riqueza e IPRS Longevidade; 25% ou mais da população da área rural exposta à alta vulnerabilidade; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família. Ademais, Serra Azul é um município que possui assentamento em território rural e possui unidade do sistema penitenciário.
- Caconde é destaque em seis dos índices e indicadores analisados: IPVS de 4 a 7; cinco piores IDH-M Educação; IPRS Riqueza; 25% de internações por condições sensíveis à atenção primária; percentual de população em situação de vulnerabilidade à pobreza; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.
- Santa Lúcia foi destacado em cinco índices: município vulnerável (IPRS); IPRS Riqueza; IPRS Longevidade; IPVS de 4 a 7; e índices de mortalidade infantil.
- **Trabiju** aparece em cinco índices: cinco piores IDH-M Renda; IPVS de 4 a 7; IPRS Escolaridade; percentual de população em situação de vulnerabilidade à pobreza; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.
- Boa Esperança do Sul também é destaque em cinco índices: 5 piores IDH-M; 5 piores IDH-M Educação; IPRS Escolaridade; IPVS de 4 a 7; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.
- **Ibaté** aparece em quatro índices: cinco piores IDH-M; IDH-M Educação; 30% ou mais da população exposta à alta vulnerabilidade; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.
- Taiaçú também aparece em quatro índices: cinco piores IDH-M; IPRS Riqueza; IPVS de 4 a 7; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.
- Casa Branca é outro município que aparece em quatro índices: município desigual (IPRS); IPRS Longevidade; percentual de população em situação de vulnerabilidade à pobreza; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.



• Motuca embora pré-selecionado por pertencer à promotoria de justiça de Américo Brasiliense, com outros municípios dentre os índices priorizados, é destacado em quatro dos demais indicadores: cinco piores índices do IDH-M Renda; IPRS Riqueza; 25% ou mais da população da área rural exposta à alta vulnerabilidade; percentual de população em situação de vulnerabilidade à pobreza; e percentual acima de 15 dentre as famílias que recebem o programa Bolsa Família.

Em tempo, tendo em vista que **São Simão** e **Pitangueiras** são municípios que aparecem na primeira seleção de municípios, considerando o critério de inclusão de toda a promotoria de justiça, e uma vez que possuem assentamentos em territórios rurais, optouse por mantê-los na seleção de municípios prioritários.

A partir, portanto, deste refinamento dos dados analisados, aponta-se de forma prioritária os municípios e promotorias de justiça identificados na tabela a seguir:

Entrância	Promotoria de Justiça	Município	Nº de Promotorias de Justiça / Cargos
Inicial	Cravinhaa	Serra Azul	2
Inicial	Cravinhos	Cravinhos	
		Santa Lúcia	
Inicial	Américo Brasiliense	Rincão	2
Inicial	Americo Brasiliense	Motuca	
		Américo Brasiliense	
Intermediária	Casa Branca	Itobi	_ 3
mtermediaria	Casa Branca	Casa Branca	3
Inicial	São Simão	Luís Antônio	1
IIIICIai	290 211190	São Simão	
		Dourado	
Inicial	Ribeirão Bonito	Ribeirão Bonito	1
IIIICIai	KIDEII AO BOIIILO	Trabiju	
		Boa Esperança do Sul	
inicial	Ditanguaires	Taquaral	_ 2
IIIICIai	Pitangueiras -	Pitangueiras	
		Taiaçú	
Final	Jaboticabal	Taiuva	5
		Jaboticabal	
Inicial	Ibaté	Ibaté	1
Inicial	Caconde	Caconde	1 (1250)
iniciai	Caconde	Tapiratiba	1 (vago)
Final	Ribeirão Preto	Guatapará	22 (1 vago), 2
FIIIdI	אוטפוומט צופנט	Ribeirão Preto	auxiliares, 1 regional
Total	10 comarcas	24 municípios	



Por fim, destaca-se que estas escolhas são apenas sugestões, a partir do levantamento de dados apresentado, e que podem ser modificadas na interlocução com os Promotores de Justiça, trabalhadores e residentes dos territórios analisados.



REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, J. C. Mensurando o Desenvolvimento dos Municípios Paulistas: uma descrição crítica do IDHM, IFDM e IPRS. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 21-44, Jan/Jun. 2019. 24 p. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4774/4932. Acesso em: mai. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria 221, 17 de novembro de 2008.** Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0221 17 04 2008.html. Acesso em: mai. de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Denúncia de violações dos direitos à vida e à saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** Brasília, 2021, ed. EAB. 100 p. Disponível em: https://sr-upsd-savein.cdn.edgeport.net/wp-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil-documento-denuncia-final-19-11-2021.pdf>. Acesso em: mai. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.016**, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2019-2022/2022/decreto/D11016.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.016%2C%20DE%2029,que%20lhe%20confere%200%20art.>. Acesso em: mai. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-

rua#:~:text=A%20pandemia%20da%20Covid%2D19,h%C3%A1%20menos%20de%20um%20a no>. Acesso em: mai. de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Data explorer: Programa Bolsa Família. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php . Acesso em: mai. de 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil. **Atlas BR**. Perfil: consulta. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: https://atlasbrasil.org.br/consulta . Acesso em: abr. de 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Atlas do



Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729 AtlasPNUD 2013.pdf. Acesso em: abr. de 2022.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Portal do Ministério Público do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em www.mpsp.mp.br.

RIBEIRÃO PRETO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto (PLHIS) 2020-2029**. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2019. 141 p. Disponível em: https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/plano-plhis-anexoi.pdf>. Acesso em: mai. de 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social:** IPVS versão 2010. SP, 2013. Disponível em: http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf. Acesso em: abr. de 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS**. Disponível em: http://www.iprs.seade.gov.br/. Acesso em: abr. de 2022.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: metodologia**. SP, 2019. 31 p. Disponível em: http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia do iprs 2018.pdf. Acesso em: abr. de 2022.

SILVA, T.D et al. **Nota Técnica nº 74**. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. IPEA, 2020. 26 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota tecnica/200610 nt 74 diset.p df>. Acesso em: mai. de 2022.

Wikipedia sobre Região Metropolitana de Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o Metropolitana de Ribeir%C3%A3o Preto>.



ANEXOS



A – Relação de promotorias de justiça e municípios que estão vinculados à área regional de Ribeirão Preto, com respectivos dados: população, porte, atendimento pelo NAT, entrância e nº de cargos de promotores de justiça, com destaque àqueles que atualmente pertencem à área regional de Araraquara.

	Localidade	Promotoria de Justiça	Área Regional	Pop. Município	Porte	População por PJ	Atuação NAT na PJ	Entrância	Nº PJs / cargos
			RIBEIRÃO		Peq. Porte				
	1. AMÉRICO BRASILIENSE	AMÉRICO BRASILIENSE	PRETO	34.478	2				
			RIBEIRÃO		Peq. Porte				
1	2. MOTUCA	AMÉRICO BRASILIENSE	PRETO	4.290	1	57.430	7 420 sim	inicial	2
-			RIBEIRÃO		Peq. Porte	57.430	sim	inicial	2
	3. RINCÃO	AMÉRICO BRASILIENSE	PRETO	10.414	1				
			RIBEIRÃO		Peq. Porte]			
	4. SANTA LÚCIA	AMÉRICO BRASILIENSE	PRETO	8.248	1				
			RIBEIRÃO		Grande				
	5. ARARAQUARA	ARARAQUARA	PRETO	208.662	Porte				
			RIBEIRÃO		Peq. Porte	222 201	ain.	e:	0 (1)
-	6. GAVIÃO PEIXOTO	ARARAQUARA	PRETO	4.419	1	222.381	sim	final	9 (1 vago)
			RIBEIRÃO		Peq. Porte]			
	7. NOVA EUROPA	ARARAQUARA	PRETO	9.300	1				
			RIBEIRÃO		Médio	75.025	-:	intermedi	4
3	8. BEBEDOURO	BEBEDOURO	PRETO	75.035	Porte	75.035	sim	ária	4
			RIBEIRÃO		Peq. Porte	21 107	ai na	iniaial	1 (10000)
4	9. BRODOWSKI	BRODOWSKI	PRETO	21.107	2	21.107	sim	inicial	1 (vago)
			RIBEIRÃO		Peq. Porte				
5	10. CACONDE	CACONDE	PRETO	18.538	1	31.275	sina	inicial	1 (11270)
3			RIBEIRÃO		Peq. Porte	31.2/3	sim	inicial	1 (vago)
	11. TAPIRATIBA	CACONDE	PRETO	12.737	1				
6	12. CAJURU	CAJURU	RIBEIRÃO	23.371	Peq. Porte	27.958	sim	inicial	1



NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL

1			PRETO		2				[
	13. CÁSSIA DOS		RIBEIRÃO		Peq. Porte				
	COQUEIROS	CAJURU	PRETO	2.634	1				
	14. SANTA CRUZ DA		RIBEIRÃO		Peq. Porte				
	ESPERANÇA	CAJURU	PRETO	1.953	1				
			RIBEIRÃO		Peq. Porte				
7	15. CASA BRANCA	CASA BRANCA	PRETO	28.307	2	35.835	sim	intermedi	3
1			RIBEIRÃO		Peq. Porte	33.033	31111	ária	
<u> </u>	16. ITOBI	CASA BRANCA	PRETO	7.546	1				
			RIBEIRÃO	31.691	Peq. Porte				
8	17. CRAVINHOS	CRAVINHOS	PRETO		2	42.947	sim	inicial	2
			RIBEIRÃO	11.256	Peq. Porte				_
	18. SERRA AZUL	CRAVINHOS	PRETO		1				
9	10 DECCALVADO	DECCALVADO	RIBEIRÃO	31.056	Peq. Porte	31.056	sim	inicial	2 (1 vago)
-	19. DESCALVADO	DESCALVADO	PRETO RIBEIRÃO		2 Page Page				
1	20. GUARIBA	GUARIBA	PRETO	35.486	Peq. Porte 2				
0	ZO. GOANIDA	GOANIDA	RIBEIRÃO		Peq. Porte	52.863	sim	inicial	2
"	21. PRADÓPOLIS	GUARIBA	PRETO	17.377	1				
1	21.110.001.0213	GOTHILDT	RIBEIRÃO		Peq. Porte				
1	22. IBATÉ	IBATÉ	PRETO	30.734	2	30.734	sim	inicial	1
			RIBEIRÃO	74.662	Médio				
	23. JABOTICABAL	JABOTICABAL	PRETO	71.662	Porte				
1			RIBEIRÃO	F 004	Peq. Porte	02.002	_:	£:	_
2	24. TAIAÇÚ	JABOTICABAL	PRETO	5.894	1	83.003	sim	final	5
			RIBEIRÃO	5.447	Peq. Porte				
	25. TAIUVA	JABOTICABAL	PRETO	3.44/	1				
1			RIBEIRÃO	37.661	Peq. Porte	37.661	sim	inicial	2
3	26. JARDINÓPOLIS	JARDINÓPOLIS	PRETO	37.001	2	37.001	31111	iiiiciai	_



NÚCLEO DE ASSESS PSICOSSOCIAL

ASSESSORIA TÉCNICA

1	27. MATÃO	MATÃO	RIBEIRÃO PRETO	76.786	Médio Porte	84.725	aima	intermedi	4
4	28. DOBRADA	MATÃO	RIBEIRÃO PRETO	7.939	Peq. Porte 1	84.725	sim	ária	4
1 5	29. MOCOCA	MOCOCA	RIBEIRÃO PRETO	66.290	Médio Porte	66.290	sim	intermedi ária	3 (1 vago)
1 6	30. MONTE ALTO	MONTE ALTO	RIBEIRÃO PRETO	46.642	Peq. Porte 2	46.642	sim	inicial	3 (1 vago)
1	31. MONTE AZUL PAULISTA	MONTE AZUL PAULISTA	RIBEIRÃO PRETO	18.931	Peq. Porte 1	24.829	não	inicial	1
7	32. PARAÍSO	MONTE AZUL PAULISTA	RIBEIRÃO PRETO	5.898	Peq. Porte 1	24.029	nao	IIIICiai	1
1	33. PIRANGI	PIRANGI	RIBEIRÃO PRETO	10.623	Peq. Porte 1	17.509	sim	inicial	1
8	34. VISTA ALEGRE DO ALTO	PIRANGI	RIBEIRÃO PRETO	6.886	Peq. Porte 1	17.309	51111	meiai	
1 9	35. PIRASSUNUNGA	PIRASSUNUNGA	RIBEIRÃO PRETO	70.081	Médio Porte	70.081	não	final	3
2	36. PITANGUEIRAS	PITANGUEIRAS	RIBEIRÃO PRETO	35.307	Peq. Porte 2	38.033	sim	inicial	2
0	37. TAQUARAL	PITANGUEIRAS	RIBEIRÃO PRETO	2.726	Peq. Porte 1	38.033	31111	IIIICiai	2
2 1	38. PONTAL	PONTAL	RIBEIRÃO PRETO	40.244	Peq. Porte 2	40.244	sim	inicial	1
2 2	39. PORTO FERREIRA	PORTO FERREIRA	RIBEIRÃO PRETO	51.400	Médio Porte	51.400	sim	inicial	2
2	40. RIBEIRÃO BONITO	RIBEIRÃO BONITO	RIBEIRÃO PRETO	12.135	Peq. Porte 1	35.933	sim	inicial	1
3	41. BOA ESPERANÇA DO	RIBEIRÃO BONITO	RIBEIRÃO	13.645	Peq. Porte				



NÚCLEO DE ASSESSORIA **PSICOSSOCIAL**

TÉCNICA

Ī	SUL		PRETO		1 1				
	42. DOURADO	RIBEIRÃO BONITO	RIBEIRÃO PRETO	8.609	Peq. Porte 1				
	43. TRABIJÚ	RIBEIRÃO BONITO	RIBEIRÃO PRETO	1.544	Peq. Porte 1				
2	44. RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	604.682	Grande Porte	611.648	sim	final	22 PJs (1 vago), 2
4	45. GUATAPARÁ	RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	6.966	Peq. Porte 1	011.048	51111	IIIIai	auxiliares, 1 regional
2 5	46. SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	RIBEIRÃO PRETO	29.932	Peq. Porte 2	29.932	sim	inicial	1
2 6	47. SANTA RITA DO PASSA QUATRO	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	RIBEIRÃO PRETO	26.478	Peq. Porte 2	26.478	sim	inicial	2
2 7	48. SANTA ROSA DO VITERBO	SANTA ROSA DO VITERBO	RIBEIRÃO PRETO	23.862	Peq. Porte 2	23.862	sim	inicial	1
2 8	49. SÃO CARLOS	SÃO CARLOS	RIBEIRÃO PRETO	221.950	Grande Porte	221.950	sim	final	9
2 9	50. SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	RIBEIRÃO PRETO	51.900	Médio Porte	51.900	sim	intermedi ária	3
3	51. SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	RIBEIRÃO PRETO	12.009	Peq. Porte 1	22 207	ai na	iniaial	1
0	52. DIVINOLÂNDIA	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	RIBEIRÃO PRETO	11.208	Peq. Porte 1	23.307	sim	inicial	1
3	53. SÃO SIMÃO	SÃO SIMÃO	RIBEIRÃO PRETO	14.346	Peq. Porte 1	25 622	cina	inicial	1
1	54. LUÍS ANTÔNIO	SÃO SIMÃO	RIBEIRÃO PRETO	11.286	Peq. Porte 1	25.632	sim	inicial	1
3 2	55. SERRANA	SERRANA	RIBEIRÃO PRETO	38.878	Peq. Porte 2	38.878	sim	inicial	2



NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL

	56. SERTÃOZINHO	SERTÃOZINHO	RIBEIRÃO PRETO	110.074	Grande Porte				
3	57. BARRINHA	SERTÃOZINHO	RIBEIRÃO PRETO	28.496	Peq. Porte 2	146.713	sim	final	6
	58. DUMONT	SERTÃOZINHO	RIBEIRÃO PRETO	8.143	Peq. Porte 1				
3	59. TAMBAÚ	TAMBAÚ	RIBEIRÃO PRETO	22.406	Peq. Porte 2	22.406	sim	inicial	1 (vago)
	60. TAQUARITINGA	TAQUARITINGA	RIBEIRÃO PRETO	53.988	Médio Porte				
3	61. CÂNDIDO RODRIGUES	TAQUARITINGA	RIBEIRÃO PRETO	2.668	Peq. Porte 1	67.750	a: ma	intermedi	4
5	62. FERNANDO PRESTES	TAQUARITINGA	RIBEIRÃO PRETO	5.534	Peq. Porte 1	67.758	sim	ária	4
	63. SANTA ERNESTINA	TAQUARITINGA	RIBEIRÃO PRETO	5.568	Peq. Porte 1				
3	64. VIRADOURO	VIRADOURO	RIBEIRÃO PRETO	17.297	Peq. Porte 1	25 902	sim	inicial	1
1	65. TERRA ROXA	VIRADOURO	RIBEIRÃO PRETO	8.505	Peq. Porte 1	25.802	sim	inicial	1



B- Tabela IDH-Ms 2010

Territorialidades	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Américo Brasiliense	0,751	0,709	0,852	0,701
Araraquara	0,815	0,788	0,877	0,782
Barrinha	0,725	0,711	0,829	0,646
Bebedouro	0,78	0,756	0,853	0,735
Boa Esperança do Sul	0,681	0,692	0,811	0,562
Brodowski	0,755	0,738	0,864	0,675
Caconde	0,72	0,701	0,858	0,62
Cajuru	0,713	0,693	0,825	0,633
Cândido Rodrigues	0,789	0,747	0,863	0,762
Casa Branca	0,73	0,727	0,835	0,64
Cássia dos Coqueiros	0,734	0,68	0,864	0,673
Cravinhos	0,756	0,737	0,857	0,683
Descalvado	0,76	0,74	0,865	0,687
Divinolândia	0,734	0,72	0,85	0,645
Dobrada	0,718	0,691	0,818	0,655
Dourado	0,738	0,718	0,811	0,689
Dumont	0,744	0,72	0,849	0,674
Fernando Prestes	0,758	0,746	0,859	0,68
Gavião Peixoto	0,719	0,687	0,802	0,676
Guariba	0,719	0,712	0,811	0,645
Guatapará	0,743	0,724	0,822	0,688
Ibaté	0,703	0,681	0,814	0,627
Itobi	0,717	0,697	0,82	0,646
Jaboticabal	0,778	0,778	0,851	0,71



Jardinópolis	0,735	0,728	0,853	0,64
Luís Antônio	0,731	0,709	0,822	0,671
Matão	0,773	0,766	0,847	0,713
Mococa	0,762	0,756	0,827	0,709
Monte Alto	0,768	0,746	0,859	0,707
Monte Azul Paulista	0,753	0,733	0,843	0,69
Motuca	0,741	0,685	0,859	0,691
Nova Europa	0,765	0,718	0,869	0,718
Paraíso	0,749	0,751	0,837	0,668
Pirangi	0,756	0,735	0,837	0,701
Pirassununga	0,801	0,789	0,884	0,736
Pitangueiras	0,723	0,699	0,83	0,651
Pontal	0,725	0,718	0,838	0,633
Porto Ferreira	0,751	0,736	0,827	0,696
Pradópolis	0,733	0,738	0,822	0,65
Ribeirão Bonito	0,712	0,712	0,811	0,625
Ribeirão Preto	0,8	0,82	0,844	0,739
Rincão	0,734	0,701	0,826	0,682
Santa Cruz da Esperança	0,743	0,719	0,832	0,686
Santa Cruz das Palmeiras	0,728	0,746	0,815	0,635
Santa Ernestina	0,738	0,716	0,802	0,699
Santa Lúcia	0,737	0,696	0,818	0,703
Santa Rita do Passa Quatro	0,775	0,764	0,887	0,686
Santa Rosa de Viterbo	0,77	0,746	0,868	0,704
São Carlos	0,805	0,788	0,863	0,766
São José do Rio Pardo	0,774	0,744	0,868	0,717
São Sebastião da Grama	0,701	0,689	0,82	0,609



(SP)				
São Simão (SP)	0,766	0,732	0,852	0,722
Serra Azul (SP)	0,686	0,697	0,81	0,572
Serrana (SP)	0,729	0,713	0,835	0,65
Sertãozinho (SP)	0,761	0,768	0,855	0,672
Taiaçu (SP)	0,71	0,701	0,814	0,628
Taiúva (SP)	0,76	0,732	0,835	0,718
Tambaú (SP)	0,731	0,729	0,858	0,624
Tapiratiba (SP)	0,751	0,703	0,87	0,692
Taquaral (SP)	0,759	0,742	0,823	0,716
Taquaritinga (SP)	0,748	0,727	0,827	0,696
Terra Roxa (SP)	0,749	0,732	0,838	0,684
Trabiju (SP)	0,722	0,666	0,811	0,697
Viradouro (SP)	0,739	0,717	0,823	0,683
Vista Alegre do Alto (SP)	0,744	0,726	0,84	0,676



C- Tabela Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2010

	IPVS - Grupo 1 - Baixíssima Vulnerabilidade (% da população exposta)	IPVS - Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 4 - Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta (Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 7 - Vulnerabilidade Alta (Rurais) (% da população exposta)
Américo Brasiliense	-	18,5	25,6	35	20,9	-	-
Araraquara	4,5	57	20,1	11,7	5,9	-	0,8
Barrinha	-	13,8	29	21,7	35,6	-	-
Bebedouro	0,4	51,1	11	27,6	9,3	-	0,6
Boa Esperança do Sul	-	22,1	7,5	41,8	28,6	-	-



NÚCLEO DE PSICOSSOCIAL ASSESSORIA TÉCNICA

Brodowski	-	52	25,6	2,9	18	-	1,4
Caconde	-	24,9	4,7	54,1	-	-	16,3
Cajuru	-	26,6	5,4	38,9	27,9	-	1,1
Cândido Rodrigues	-	47,7	-	52,3	-	-	-
Casa Branca	-	53	8,7	31,5	6,8	-	-
Cássia dos Coqueiros	-	20,3	10,2	56,4	-	-	13,1
Cravinhos	0,7	37,8	15,6	30,1	15,7	-	-
Descalvado	-	46,1	11,1	31,4	7,9	-	3,4
Divinolândia	-	70,6	2,9	14,5	4	-	8
Dobrada	-	8,7	-	47,1	44,2	-	-
Dourado	2,3	36,5	12,8	48,5	-	-	-
Dumont	-	35,9	8,2	30,2	25,7	-	-
Fernando Prestes	4,1	67,4	-	28,5	-	-	-
Gavião Peixoto	-	10	59,2	30,8	-	-	-
Guariba	-	25,8	10,5	37,3	26,5	-	-



NÚCLEO DE PSICOSSOCIAL ASSESSORIA TÉCNICA

Guatapará	-	6,5	12,7	63,8	11,6	-	5,4
Ibaté	-	25,1	18,2	19,1	36,3	-	1,3
Itobi	-	30	2,4	40,2	27,3	-	-
Jaboticabal	4,7	50,6	11,7	22,1	11	-	-
Jardinópolis	-	42,2	12,3	22,4	21,6	-	1,5
Luís Antônio	-	20,3	19,3	10,5	49,9	-	-
Matão	-	48,6	13,4	30,4	7,7	-	-
Mococa	-	37	6,8	47,9	4,8	-	3,5
Monte Alto	-	54	19,4	22,1	3,9	-	0,5
Monte Azul Paulista	-	35,3	13,7	29,4	21,5	-	-
Motuca	-	23,9	25,8	24,3	-	-	26
Nova Europa	-	18,7	53,7	27,6	-	-	-
Paraíso	-	53,1	13,2	10,2	23,5	-	-
Pirangi	3,6	60,8	-	35,6	-	-	-
Pirassununga	5,8	59,5	18,4	9,4	6,9	-	-
Pitangueiras	-	22,6	27,4	15,5	34,6	-	-
Pontal	-	12,9	24,5	16,4	46,3	-	-



NÚCLEO DE ASSESSORIA **PSICOSSOCIAL**

TÉCNICA

Porto Ferreira	-	50	14,5	18,9	13,5	3,1	-
Pradópolis	-	21,8	22,5	31,3	18,7	-	5,8
Ribeirão Bonito	-	24,6	3,3	43	29	-	-
Ribeirão Preto	14,1	48,4	23,3	6,4	5,5	2,1	0,1
Rincão	-	23,9	14,4	44,9	14,7	-	2,1
Santa Cruz da Esperança	-	-	23,7	76,3	-	-	-
Santa Cruz das Palmeiras	-	27,3	20,9	27,9	23,9	-	-
Santa Ernestina	-	47,9	-	25,8	26,3	-	-
Santa Lúcia	-	-	3,1	81,8	12,3	-	2,8
Santa Rita do Passa Quatro	-	72,4	7,1	17,7	2,8	-	-
Santa Rosa de Viterbo	-	47	6,5	41,6	2,6	-	2,2



NÚCLEO DE ASSESSI PSICOSSOCIAL

ASSESSORIA TÉCNICA

São Carlos	7,6	59	14,7	5,7	12,9	-	0,1
São José do Rio Pardo	-	45	13,1	35,4	5,1	-	1,4
São Sebastião da Grama	-	40,1	15,3	33,3	-	-	11,2
São Simão	-	58,7	1,5	15,4	19,8	-	4,7
Serra Azul	-	6,5	7,1	41,3	16,2	-	28,8
Serrana	-	21,7	25,8	21,8	30,7	-	-
Sertãozinho	0,3	48,5	21,6	18,7	10,8	-	-
Taiaçu	-	9,5	-	78	12,6	-	-
Taiúva	-	46,8	3,8	45,7	-	-	3,7
Tambaú	-	42,3	18	26,1	10,3	-	3,2
Tapiratiba	3,1	27,3	3,8	52,6	8,4	-	4,8
Taquaral	-	-	-	100	-	-	-
Taquaritinga	-	46,2	4,6	31	17,8	-	0,4
Terra Roxa	1,9	41,1	-	30,7	26,3	-	-
Trabiju	-	-	-	100	-	-	-
Viradouro	-	26,4	5,5	52,8	15,3	-	-



NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL

Vista Alegre do Alto	-	59,3	40,7	-	-	-	-

D- Tabela Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) 2018

Localidades	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Grupo	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade
Américo Brasiliense	Equitativos	38	73	58
Araraquara	Dinâmicos	43	74	60
Barrinha	Em Transição	31	70	49
Bebedouro	Desiguais	43	66	61
Boa Esperança do Sul	Em Transição	38	70	39
Brodowski	Equitativos	35	76	59
Caconde	Em Transição	27	78	52
Cajuru	Em Transição	33	74	52
Cândido Rodrigues	Em Transição	36	56	68
Casa Branca	Desiguais	40	66	52
Cássia dos Coqueiros	Equitativos	34	81	60
Cravinhos	Desiguais	42	70	44
Descalvado	Dinâmicos	42	81	59
Divinolândia	Equitativos	32	69	55
Dobrada	Em Transição	26	82	51
Dourado	Desiguais	43	70	45
Dumont	Equitativos	38	72	63
Fernando Prestes	Equitativos	34	70	67





Gavião Peixoto	Dinâmicos	58	71	54
Guariba	Vulneráveis	37	68	50
Guatapará	Em Transição	34	69	44
Ibaté	Equitativos	36	77	61
Itobi	Vulneráveis	32	65	44
Jaboticabal	Dinâmicos	41	75	57
Jardinópolis	Dinâmicos	39	73	53
Luís Antônio	Desiguais	48	76	45
Matão	Dinâmicos	44	75	65
Mococa	Dinâmicos	39	70	56
Monte Alto	Dinâmicos	39	76	60
Monte Azul Paulista	Em Transição	38	66	55
Motuca	Equitativos	27	75	61
Nova Europa	Equitativos	36	73	54
Paraíso	Equitativos	38	81	62
Pirangi	Equitativos	34	83	62
Pirassununga	Dinâmicos	40	70	59
Pitangueiras	Em Transição	37	67	57
Pontal	Equitativos	37	72	55
Porto Ferreira	Dinâmicos	39	82	57
Pradópolis	Desiguais	40	82	52
Ribeirão Bonito	Em Transição	32	74	48
Ribeirão Preto	Dinâmicos	46	75	54
Rincão	Em Transição	36	70	43



Santa Cruz da Esperança	Equitativos	31	75	63
Santa Cruz das Palmeiras	Em Transição	32	71	49
Santa Ernestina	Em Transição	30	65	59
Santa Lúcia	Vulneráveis	28	67	50
Santa Rita do Passa Quatro	Equitativos	35	75	55
Santa Rosa de Viterbo	Em Transição	34	81	48
São Carlos	Dinâmicos	43	77	67
São José do Rio Pardo	Dinâmicos	39	71	62
São Sebastião da Grama	Equitativos	34	80	55
São Simão	Equitativos	37	78	54
Serra Azul	Vulneráveis	26	67	43
Serrana	Em Transição	35	75	50
Sertãozinho	Dinâmicos	45	73	67
Taiaçu	Equitativos	28	75	54
Taiúva	Equitativos	30	76	56
Tambaú	Vulneráveis	34	68	49
Tapiratiba	Dinâmicos	39	86	61
Taquaral	Equitativos	35	75	70
Taquaritinga	Equitativos	36	73	54
Terra Roxa	Em Transição	30	66	72
Trabiju	Desiguais	41	67	58
Viradouro	Em Transição	31	72	51



NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL

Vista Alegre	Dinâmicos	44	80	63
do Alto				



E- Tabela com outros indicadores sociais pesquisados

Territorialidades	Taxa de mortalidade infantil 2017	% de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado 2017	% de internações por condições sensíveis à atenção primária 2017
Brasil	12,38	2,28	21,13
Américo Brasiliense	16	0,76	15,72
Araraquara	10,46	0,35	15,43
Barrinha	8,51	0,29	11,66
Bebedouro	9,88	0,35	13,28
Boa Esperança do Sul	17,65	0,37	17,69
Brodowski	9,09	0,29	13,12
Caconde	14,15	1,99	30,06
Cajuru	11,73	0,94	17,51
Cândido Rodrigues	0	1,42	14,01
Casa Branca	6,33	0,73	23,93
Cássia dos Coqueiros		0,99	18,92
Cravinhos	12,44	0,36	14,99
Descalvado	8,36	1,84	16,07
Divinolândia	8,62	1,02	28,43
Dobrada	16,67	1,82	19,45
Dourado	31,25	0,28	20,98
Dumont	0	0,61	18,79
Fernando Prestes	14,93	0,98	20,42
Gavião Peixoto	14,49	0,4	17,86
Guariba	9,96	0,92	21,95
Guatapará	18,18	0,67	17,77



Ibaté	3,98	1,19	19,62
Itobi	0	0,78	19,33
Jaboticabal	13,02	0,27	21,44
Jardinópolis	14,52	0,43	13,86
Luís Antônio	26,6	0,14	14,63
Matão	7,9	0,74	17,13
Mococa	11,18	0,85	17,23
Monte Alto	18,4	3,06	18,76
Monte Azul Paulista	8,7	5,51	31,19
Motuca	0	0	13,81
Nova Europa	8,33	0,57	21
Paraíso	12,82	0	14,11
Pirangi	15,5	1,56	25,39
Pirassununga	13,68	1,13	22,1
Pitangueiras	8,42	1,5	24,84
Pontal	5,36	1,31	20,52
Porto Ferreira	5,36	1,02	18
Pradópolis	4,41	0,71	15,26
Ribeirão Bonito	14,18	0,28	17,89
Ribeirão Preto	9,19	0,42	16,78
Rincão	7,75	0,51	15,97
Santa Cruz da Esperança	0	1,12	23,48
Santa Cruz das Palmeiras	12,69	1,81	20,06
Santa Ernestina	0	2,66	18,15
Santa Lúcia	20,2	0,25	22,4
Santa Rita do Passa Quatro	20,16	1,4	24,9
Santa Rosa de Viterbo	0	1,19	25,57
São Carlos	7,74	0,46	21,33
		1	<u> </u>



São José do Rio Pardo	5,67	0,62	22,57
São Sebastião da Grama	0	2,46	24,04
São Simão	15,04	1,19	20,08
Serra Azul	7,41	0,14	15,07
Serrana	7,85	0,4	14,42
Sertãozinho	15,19	0,31	11,43
Taiaçu	0	0,87	13,98
Taiúva	34,48	0	10,17
Tambaú	13,2	0,92	16,96
Tapiratiba	0	0,14	18,45
Taquaral	0	0	13,42
Taquaritinga	11,01	3,4	23,94
Terra Roxa	10,31	4,3	23,04
Trabiju	0	0	10,11
Viradouro	8,97	2,55	33,74
Vista Alegre do Alto	0	0,29	12,19



F- Tabela porcentagem de famílias inscritas no Programa Bolsa Família em relação ao número de domicílios no município em janeiro de 2020 e outubro de 2021

Territorialidades	% famílias no bolsa família em relação ao número de domicílios no município (01/2020)	% famílias no bolsa família em relação ao número de domicílios no município (10/2021)
Américo Brasiliense	4,7	7,9
Araraquara	5	6,5
Barrinha	15,7	14,5
Bebedouro	8,3	9,3
Boa Esperança do Sul	16,6	15,4
Brodowski	6,8	7,6
Caconde	16,7	17,6
Cajuru	10,1	11,8
Cândido Rodrigues	10,2	9,3
Casa Branca	11,5	15,2
Cássia dos Coqueiros	10,6	12
Cravinhos	12,6	11,7
Descalvado	5,2	5,9
Divinolândia	11,5	13,7
Dobrada	13,3	12,2
Dourado	13,9	13,2
Dumont	10,3	9,4
Fernando Prestes	6,8	6,2
Gavião Peixoto	9,1	9,8
Guariba	8,9	10
Guatapará	15,7	17,2
Ibaté	17,4	15,7



Itobi	10,2	11,1
Jaboticabal	9,7	10,1
Jardinópolis	8,6	11,7
Luís Antônio	12	11
Matão	6,8	8,8
Mococa	8,3	9,8
Monte Alto	3,9	4,5
Monte Azul Paulista	6,7	8,3
Motuca	9,8	12
Nova Europa	11,1	9,5
Paraíso	8,9	7,6
Pirangi	4,7	6,3
Pirassununga	4,2	6,3
Pitangueiras	10,1	11,8
Pontal	7,8	10,1
Porto Ferreira	6	7,5
Pradópolis	12,7	12
Ribeirão Bonito	8,2	10,1
Ribeirão Preto	3,9	5,7
Rincão	13,2	14
Santa Cruz da Esperança	8,8	9,9
Santa Cruz das Palmeiras	5,7	6,4
Santa Ernestina	21	19,3
Santa Lúcia	5,4	5,6
Santa Rita do Passa Quatro	7,2	8,5
Santa Rosa de Viterbo	6,7	9,1
São Carlos	8	7,3
São José do Rio Pardo	10	11
		1



4	4,6
6,1	8,8
32,5	30,2
12,6	11,4
9,4	8,8
18,4	16,6
6,7	7,4
14,4	13,7
11,3	12,2
5,3	5,9
10,8	11,3
5,4	6,3
26	22,4
4,8	6,1
4,8	3,9
	6,1 32,5 12,6 9,4 18,4 6,7 14,4 11,3 5,3 10,8 5,4 26 4,8